



*Nosso periódico - Retratos de Assentamento - surgiu paralelamente às políticas públicas de reforma agrária no período de redemocratização do país - daí o título sob o qual se consagrou.*

*O tema “assentamentos” era altamente relevante (como ainda é) dada a emergência de novos espaços e novos atores sociais no campo brasileiro - categorias sociais a exigir, continuamente, compreensão teórica e acompanhamento de seus desafios e dilemas.*

*Enquanto nos aprofundávamos nos estudos desse aspecto complexo do novo rural brasileiro, não podíamos deixar de lado o fato de que o rural da Reforma Agrária fazia parte da questão da terra no Brasil e fomos nos abrindo para novas abordagens, contemplando a questão agrária e a variedade de nossas ruralidades, inclusive a problemática dos povos tradicionais (e/ou originais).*

*Assim, nunca entendemos ou aceitamos que o conhecimento científico seja desligado dos problemas que afetam a humanidade e contribuem para devastar a natureza e desarticular culturas. Muito ao contrário, nosso periódico acolhe pesquisas que trazem denúncias. E também aquelas que anunciam a esperança.*

*Pois bem! O momento brasileiro é quase de desesperança: um governo de extrema-direita, associado a um vírus letal que facilita projetos genocidas; conquistas sociais das últimas décadas ameaçadas e o fascismo em alta...*

*Aproveitamos este momento para denunciar a mais perversa dessas ameaças. O extermínio dos povos indígenas, com o que se pretende liberar, para a burguesia internacional, as imensas riquezas da floresta amazônica. Diante disso, não podemos deixar de fazer coro com as vozes de Boaventura dos Santos, sociólogo português, e o antropólogo Lino João de Oliveira Neves da Universidade Federal da Amazônia, que denunciaram um verdadeiro genocídio nas terras indígenas do Vale do Jaguari, área reconhecida pelo Estado Brasileiro como de usufruto exclusivo de etnias indígenas que se isolaram voluntariamente em locais de difícil acesso (próximo à tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia) para escapar ao contato deletério com exploradores “brancos” que tanto fizeram sofrer seus antepassados.*

*O incrível é que esse isolamento foi quebrado pelos próprios funcionários do Ministério da Saúde que não respeitaram a quarentena e seus protocolos de atendimento às etnias. Os cientistas citados denunciaram o descaso do governo Bolsonaro em dramático artigo publicado em “Le Monde Diplomatique Brasil – ano 14 n° 157 – Agosto – 2020.*

*Segundo esses autores, com a grande concentração de populações indígenas, é nesse local que se registra o maior número de contaminados e o maior número de óbitos indígenas no Brasil. E declaram textualmente: “o presidente Jair Bolsonaro demonstra, não apenas resistência em adotar medidas de enfrentamento à pandemia, como também ineficiência e irresponsabilidade”.*

*Os Kanamari, primeiros indígenas a serem contaminados, estão lançando um documento pedindo socorro à sociedade, já que nem o governo e nem a FUNAI apresentaram qualquer ação emergencial para proteger as inúmeras etnias da maior área protegida dos chamados “povos isolados”.*

*É uma trágica ironia que, justamente aqueles grupos humanos que estariam livres do coronavírus, graças à prática espontânea da única forma de acabar com a COVID, segundo os maiores infectologistas, ou seja, o isolamento - sejam hoje os mais atingidos, à medida que caçadores e pescadores clandestinos percorrem os seus territórios e nada se faz para socorrê-los.*

*Este número de Retratos não contém nenhum texto específico sobre nossos irmãos indígenas, mas esse é o pano de fundo no qual se desenvolvem nossas ruralidades na atualidade. E nos sentimos na obrigação de denunciá-lo.*

*Por outro lado, os textos que acolhemos, são a prova de que nessas diferentes ruralidades, a luta pela terra de trabalho e o trabalho nas terras conquistadas continuam, apesar da indiferença e do desrespeito dos órgãos governamentais. Entre os personagens das áreas rurais que frequentam nossos Retratos, a tônica é a resistência: agroecologia, educação no campo, segurança alimentar, mulheres se empoderando são alguns desses temas.*

*Este volume de Retratos expressa a diversidade de temas que emergem das ricas e férteis possibilidades dos estudos rurais e da incansável ressignificação sobre o que representa a dinâmica dos espaços rurais na contemporaneidade. Os estudos aqui presentes vêm de diferentes áreas do conhecimento e possuem referenciais teórico-metodológicos igualmente diferentes, o que para nós só reforça o caráter interdisciplinar dos estudos rurais. Adentra-se na pós-modernidade, e o meio rural continua como um dos principais lócus de observação sobre as transformações sociais, analisadas sob diferentes recortes, dentre outros, sobre a família, as relações de gênero, a conservação ambiental, os movimentos sociais, o papel do Estado e os efeitos (ou a ausência) de políticas públicas sobre direitos fundamentais.*

*Para iniciar, dois artigos resgatam categorias clássicas da questão agrária, como as relações desiguais de propriedade, a modernização agrícola e manutenção da estrutura fundiária, a luta pela terra, o trabalho rural e a condição camponesa. Um deles, um estudo de doutorado em Educação que aplica tais categorias de análise a uma experiência concreta em um assentamento do tipo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) em*

São Carlos/SP. Para os autores, a ressignificação das práticas sociais das famílias, que vivenciam, no assentamento, a possibilidade de produzir de forma orgânica é marcada pelos estrangimentos estruturais típicos das experiências dos assentamentos. Fato este que dialoga com o artigo seguinte, fruto de uma tese em andamento no campo da Geografia, que propõe uma revisão teórica e do processo histórico da conformação da questão agrária e dos condicionantes estruturais que se fazem presentes no modo de vida rural.

Logo após, apresentam-se três artigos que compõem um bloco de estudos com recorte ambiental, porém com diferentes perspectivas. O primeiro deles, focado na gestão florestal, discute o potencial do uso sustentável da floresta em assentamentos no Pará. No entanto, para os autores, a falta de projetos de desenvolvimento focado em ações para a sustentabilidade faz com que o significado da reforma agrária seja algo similar a uma simples política de colonização. Neste e no artigo seguinte, discute-se que as possibilidades de conservação ambiental e de projetos de desenvolvimento sustentável são sempre latentes nos assentamentos, apesar da falta de políticas públicas com este foco e/ou de suas efetividades e continuidades. O artigo desenvolvido com base em pesquisa empírica no assentamento Margarida Alves, na Amazônia brasileira, mostra como o cotidiano de famílias assentadas leva a um aumento da diversidade genética, legitimando o discurso sobre ecologia humana presente no interior dos movimentos sociais. Fechando o bloco, um artigo discute a partir de mapas georreferenciados como os assentamentos na região de Andradina/SP contribuem para a manutenção das áreas de Reserva Legal, bem como aponta os desafios, conflitos e pressões que se apresentam na manutenção dessas áreas.

Como não poderia deixar de ser, os efeitos das políticas públicas sobre o meio rural continuam como um objeto de pesquisa privilegiado e este tema compõe um bloco de artigos que vai da avaliação do Pronaf, da ATER e do PNATER à Educação do Campo. Em todas as políticas públicas analisadas, objetos dos artigos, sobressaem falhas de execução que fazem com que seus objetivos não venham tendo a efetividade esperada. Interessante destacar as diferentes perspectivas metodológicas dos estudos. No primeiro caso, a partir de uma pesquisa do tipo survey, avalia-se sobretudo a satisfação das famílias assentadas com o objeto de financiamento, porém destaca-se o afastamento dos técnicos de ATER dos projetos. O segundo artigo deste bloco também identifica que um dos principais desafios da efetivação do PNAE na região do Cariri cearense é a falta de articulação e envolvimento das instituições responsáveis por prestar assistência técnica e extensão rural às famílias assentadas e, também, a falta de infraestrutura dos municípios. Ambas as políticas públicas têm potencial, mas o progressivo esvaziamento da ATER pode estar na base da precarização de outros programas e políticas que poderiam contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar e das regiões estudadas. Já o estudo sobre a Educação do Campo leva em conta que dentre os vários avanços e denominações para as escolas do campo, a burocracia exigida das unidades escolares pode levar a uma tendência de inserção em políticas educacionais urbanas, as quais erroneamente, insistem em impor

*ao campo uma visão urbanocêntrica.*

*Dois artigos retratam experiências e percepções de mulheres assentadas a partir de estudos de caso realizados em diferentes regiões. Retomando um referencial já consagrado em torno da invisibilidade do trabalho da mulher rural e diante do desafio de dar voz e sentido às práticas sociais de mulheres na agricultura familiar, os artigos se utilizam de categorias como a agroecologia e a segurança alimentar. Nada mais apropriado para se explicitar a participação ativa das mulheres em atividades agropecuárias e suas preocupações com relação ao alimento e à alimentação. Textos que embasam, inclusive, perspectivas e estratégias de desenvolvimento rural que trazem as mulheres como agentes centrais. Por fim, fechando a edição, um estudo comparativo entre cooperativas agrícolas no estado de Goiás, que busca compreender como novas relações de trabalho se conformam neste tipo de organização. Para os autores, as cooperativas permitem novos arranjos institucionais que fortalecem aspectos de sua formação e estruturação. Certamente, a constituição de organizações como as cooperativas é um dos grandes caminhos para a solidificação de experiências de desenvolvimento rural em seus aspectos políticos e econômicos.*

*A edição de mais esse número do Retratos representa, para nós, a importância da resistência permear a produção científica e a afirmação de ser este periódico a expressão de uma luta que se apoia na ciência para semear e cultivar frutos de uma sustentabilidade ética, ambiental, promotora de direitos e de alicerces para construção da cidadania. Uma ciência que se alia a resiliência nestes tempos de crise.*

*Que este número aguce nossa crítica, mas igualmente permita a irradiação da esperança de um futuro melhor.*

**Os editores.**